

Apresentação	6
APA DO RIBEIRÃO PIANCÓ (ANÁPOLIS/GOIÁS): ANÁLISE QUALI-QUANTITATIVA DO IPM PROVINDO DO ICMS ECOLÓGICO	
Eumar Evangelista de Menezes Júnior, Ana Clara Fernandes Natal, Eduarda Sulino Pinto Pereira, Ieda de Paula Teixeira e Liandra Rosa Cardoso	8
ATORES LOCAIS E PODER CENTRAL: A HERANÇA COLONIAL E O CASO DO MÉXICO*	
Horst Pietschmann.....	22
DEMOCRACIA LEGISLATIVA: PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL	50
Breno Vinicius de Góis, Aline Estevam Carvalho, Douglas Matias Marinho de Medeiros e Isadora Christine de Paula Almeida.....	50
A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 10 DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	
Fernando Machado Souza e Jhonatan Neres dos Santos da Silva.....	66
A PANDEMIA DE COVID-19 COMO EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE NA INEXECUÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	
Thais Bazzaneze e Acidy Martins de Castro Junior.....	84
O PROCESSO DE ADEQUAÇÃO À LGPD: O CASO DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO	
Maria Luiza Firmiano Teixeira e Pollyana Esteves dos Reis Moreira	95
A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO BASEADA NA ÉTICA E NA MORAL KELSENIANA	
Ana Paula da Silva Nascimento e Bianor Saraiva Nogueira Júnior.....	108

APRESENTAÇÃO

A cada nova edição da Revista da ESDM, nosso objetivo é impulsionar o aprimoramento dos estudos no campo do Direito, com foco especial no Direito Público Municipal. Desde 2015, mantemos uma publicação semestral contínua, buscando oferecer um espaço dedicado ao debate acadêmico e à disseminação do conhecimento científico.

Com acesso livre imediato ao seu conteúdo, a Revista segue o princípio de disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público. Vale ressaltar que a Revista foi qualificada como B3 pela CAPES, atestando seu rigor e relevância acadêmica.

Nesta edição número 18, com a presença de autores mestres e doutores, apresentamos sete artigos elaborados por procuradores municipais, professores e pesquisadores renomados. A diversidade de temas e contribuições enriquece o debate e fortalece o compromisso da Revista com a excelência acadêmica e a inovação no campo do Direito Público Municipal.

A edição inicia com o texto “APA do Ribeirão Piancó (Anápolis/Goiás): análise qualitativa do IPM provindo do ICMS Ecológico”, de *Eumar Evangelista de Menezes Júnior, Ana Clara Fernandes Natal, Eduarda Sulino Pinto Pereira, Ieda de Paula Teixeira e Liandra Rosa Cardoso (GO, Brasil)*. Os autores exploram a integralização entre o governo, o meio ambiente e a sociedade, por meio do ICMS-E na Área de Proteção Ambiental do Ribeirão Piancó. O estudo destaca ações voltadas para a sustentabilidade ambiental que podem servir como referência para outros estados e municípios, contribuindo para a promoção de práticas ambientalmente responsáveis em diferentes contextos.

Na sequência, “Atores Locais e Poder Central: a herança colonial e o caso do México”, de autoria do professor emérito da Universidade de Hamburgo *Horst Pietschmann (Alemanha)*, examina a relação entre atores locais e o poder central, com foco na herança colonial e seu impacto no México. Através da tradução de Denis Guilherme Rolla e da revisão de Alfredo de J. Flores, Pietschmann analisa as rebeliões que se destacam pela sua abrangência espacial e articulação de reivindicações políticas dentro do contexto jurídico-institucional da época, investigando como esse cenário se transformou após a Independência.

Para falar sobre o distanciamento crescente entre cidadãos e seus representantes eleitos, investigando os mecanismos de fortalecimento da participação popular na Câmara Municipal de Mossoró, a edição traz o texto de *Breno Vinícius de Góis (RN, Brasil), Aline Estevam Carvalho (CE, Brasil), Douglas Matias Marinho de Medeiros e Isadora Christine de Paula Almeida (RN, Brasil)*. Por intermédio da análise do processo legislativo, o estudo “Democracia Legislativa: participação popular no Processo Legislativo Municipal” revela a presença de instrumentos típicos e atípicos de participação popular, embora tenham sido identificadas lacunas que requerem atenção para um maior engajamento cívico.

Abordando as alterações trazidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos no contexto das contratações públicas, *Fernando Machado Souza e Jhonatan Neres dos Santos da Silva (MS, Brasil)* realizam a análise intitulada “A Inconstitucionalidade do artigo 10 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos”. O texto discute, de forma descritiva, a inconstitucionalidade da disposição que permite a defesa dos agentes públicos pela Advocacia Pública, apontando para a invasão de competências dos demais entes federativos.

Em seguida, a edição prossegue com o artigo “A Pandemia de Covid-19 como excludente de responsabilidade na inexecução de contratos administrativos”, elaborado por *Thais Bazzaneze e Acidy Martins de Castro Junior (PR, Brasil)*. O trabalho oferece uma reflexão sobre o impacto da pandemia nos contratos administrativos, além de discutir sobre a possibilidade de responsabilização das empresas em casos de inadimplemento contratual, gerando reflexões diante dos desafios enfrentados durante o período excepcional.

Maria Luiza Firmiano Teixeira e Pollyana Esteves dos Reis Moreira (MG, Brasil) apresentam “O Processo de Adequação à LGPD: o caso de uma instituição federal de ensino”. O artigo apresenta um estudo de caso da instituição de ensino federal, multicampi, do interior de Minas Gerais e oferece um guia do processo de adequação às regras da Lei Geral de Proteção de Dados, desde a nomeação do encarregado até a formação da comissão de tratamento de dados. Além disso, as autoras relatam as dificuldades encontradas durante a implementação do plano de conformidade, oferecendo uma visão abrangente e prática das etapas envolvidas na conformidade com a LGPD.

Fechando a edição, o artigo “A proteção dos animais de estimação baseada na ética e na moral Kelseniana” propõe uma reflexão sobre a aplicação das teorias de Hans Kelsen para promover uma tutela mais eficaz e responsável dos animais de estimação por parte de seus tutores. *Ana Paula da Silva Nascimento e Bianor Saraiva Nogueira Júnior (AM, Brasil)* exploram a relevância de estabelecer normas que regulem a responsabilidade do tutor em relação aos seus animais, destacando o interesse social em evitar o abandono desses animais em espaços públicos ou privados, bem como em qualquer outro ambiente.

Com a publicação da edição, esperamos que esta obra possa contribuir para a visibilidade e fortalecimento da pesquisa e do desenvolvimento científico, promovendo o diálogo e estabelecendo conexões com o campo do Direito Municipal e áreas afins do Direito Público.

Atualmente, a *Revista da ESDM* está indexada nas seguintes bases de dados, que cooperam na divulgação do material: LATINDEX; Base de dados da Rede Virtual de Bibliotecas Congresso Nacional - RVBI; Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários.org); Diadorim.

Nossos agradecimentos aos que contribuíram com mais esta edição. Aos autores que submeteram seus trabalhos e aos pareceristas pela significativa colaboração prestada.

Aos leitores, em nome de todos os autores, desejamos uma boa leitura.

Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira
Diretora Editorial da Revista da ESDM
Procuradora Municipal de Porto Alegre